REGISTO E RACIOCÍNIO CLÍNICO

JOÃO ARAÚJO CORREIA J. VASCO BARRETO



ÍNDICE

AUTORES	VII
AGRADECIMENTOS	IX
SIGLAS E ABREVIATURAS	ΧI
1 – Introdução	1
2 – História do Registo Clínico	7
3 – Estrutura Clássica da História Clínica	13
4 – Cenário Clínico e Fisiopatológico: Reconhecimento de Padrões Prioritários	41
5 – Raciocínio Clínico e a Prática da Medicina: Breve Abordagem	45
6 – Registo Médico Orientado por Problemas (RMOP)	51
7 – RMOP no Processo Clínico Eletrónico (PCE)	83
8 – Seleção e Valorização dos Exames Complementares	
de Diagnóstico	95
9 – Relatórios e Sínteses	101
10 – Registo Clínico como Prova Forense	115
11 – Documentos Legais	119
CONCLUSÃO	129
BIBLIOGRAFIA	131
ÍNDICE REMISSIVO	135

AUTORES

João Araújo Correia



Assistente Graduado Sénior de Medicina Interna; Diretor do Serviço de Medicina do Hospital de Santo António do Centro Hospitalar do Porto, EPE; Professor Associado Convidado de Medicina do Mestrado Integrado em Medicina do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar/Centro Hospitalar do Porto, EPE;

Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna; Ex-Presidente do Colégio de Especialidade de Medicina Interna da Ordem dos Médicos.

J. Vasco Barreto



Assistente Graduado de Medicina Interna; Diretor do Serviço de Medicina do Hospital Pedro Hispano; Professor Associado Convidado de Medicina do Mestrado Integrado em Medicina do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar/Centro Hospitalar do Porto, EPE; Secretário-Geral da Direção da Socie-

dade Portuguesa de Medicina Interna; Editor Associado da revista *Medicina Interna*.

Oito regras do registo clínico

- 1. O registo clínico é determinante para cuidados assistenciais de qualidade;
- 2. Só o que está registado foi realizado;
- 3. O registo clínico deve ser claro e conciso;
- O registo clínico deve permitir a reflexão do médico e conduzir a um raciocínio clínico dedutivo lógico;
- O registo clínico deve poder ser entendido por outro médico que tenha de assumir o doente;
- À partida, nenhum sintoma nem sinal pode ser desvalorizado;
- 7. Não devem ser aceites na base de dados diagnósticos transmitidos pelo doente sem comprovação apropriada;
- 8. A transcrição de observações feitas por outros médicos potencia o erro e é eticamente deplorável.

O estado civil pode não ser clinicamente significativo ou, em alternativa, pode indiciar maior ou menor estabilidade emocional, conducente a comportamentos de risco acrescido.

A etnia também leva à maior prevalência de algumas doenças e, entre elas, a respostas diferentes às estratégias terapêuticas aplicadas.

A profissão é muito relevante para muitas patologias, desde logo as doenças profissionais. No entanto, no âmbito da identificação, a profissão deve ser apenas mencionada, deixandose o risco exposicional para as secções mais adiante.

A religião pode ter implicações nas decisões terapêuticas (por exemplo, transfusões de hemoderivados em testemunhas de Jeová).

CONFIABILIDADE E FONTES DE INFORMAÇÃO

Na anamnese o médico deve transmitir a sua impressão acerca do grau de confiança que confere aos dados que lhe são relatados pelo doente, familiar ou convivente. A fiabilidade da informação prestada pode ser aferida pela coerência do discurso, que depende do estado mental e das capacidades cognitivas, e também pela atitude do(s) informante(s), que pode ser de colaboração e afabilidade ou de grande desconfiança. Outra parte muito significativa da informação é obtida pelos registos clínicos prévios, presentes nas várias plataformas [processo clínico eletrónico (PCE), SClínico®, prescrição eletrónica médica (PEM)] e também, caso exista, pela consulta da base de dados do doente, consolidada ao longo dos anos.

MOTIVO DE CONSULTA/INTERNAMENTO OU QUEIXA PRINCIPAL

O motivo de consulta ou internamento é o dado clínico considerado mais importante pelo médico observador, seja ele um sintoma, um sinal ou um conjunto sindromático. Como princípio geral, não deve ser um diagnóstico, mas sim o dado clínico mais discriminativo, que abre um leque mais restrito de diagnósticos possíveis. Por exemplo, icterícia ou derrame pleural como motivos de consulta/internamento são boas opções, ao contrário de febre, que, por si só, não nos aponta para nenhum cenário diagnóstico distintivo, em vista do número interminável de doenças febris. Isto significa que vale a pena encontrar um sinal ou um sintoma que possam vir a servir de discriminadores ou pivôs para a investigação dirigida do doente.

Quadro 3.1: Caracterização do estado de saúde – categoria dos dados

- · Doenças crónicas/Dados ativos;
- Antecedentes/Dados passivos;
- Hábitos e contexto epidemiológico.

No Quadro 3.2 é apresentada uma estrutura possível de registo dos dados relativos à caracterização do estado de saúde.

Quadro 3.2: Dados relevantes na caracterização do estado de saúde (ordem a adotar de acordo com o tipo e os objetivos do registo, consulta ou outro episódio)

Médico assistente/Cuidados de Saúde Primários	 Plano e objetivos; Frequência das visitas; Última e próxima programada. 			
Consultas hospitalares em curso	Plano e objetivos;Frequência das visitas.			
Outras consultas				
 Doenças crónicas: Um quadro para cada doença; Inclui sintomas de difícil controlo e problemas geriátricos. 	Ver Tabela 3.1.			
Medicação crónica	Referência para quadros de doença crónica se perti- nente.			
Alergias:Medicamentosas;Alimentares;Outras.	Circunstâncias (notificador, data, descrição da expressão clínica).			

O problema é um facto clínico operativo, ou seja, que carece de intervenção e deve motivar ações (como monitorizar, acompanhar, tratar, educar, estadiar ou investigar).

São exemplos de problemas:

- Um sinal ou um sintoma;
- Um achado laboratorial ou imagiológico;
- Uma alergia ou hipersensibilidade a droga;
- Uma síndrome ou entidade fisiopatológica conhecidas;
- Um fator de risco;
- Uma intervenção cirúrgica passada pode ser um problema passivo ou ativo, se ajuda a explicar outros problemas, por exemplo, gastrectomia total em doente com anemia macrocítica:
- Um achado proveniente da anamnese, do exame físico ou dos meios complementares de diagnóstico (MCD);
- Um diagnóstico indiscutível;
- Uma disfuncionalidade social.

Não constituem problemas:

- Hipóteses ou palpites diagnósticos as hipóteses diagnósticas devem ser formuladas sob "investigação" dos problemas que tentam explicar;
- Interrogações;
- Negações.

Dito de outra maneira, um problema é um "facto clínico", não no sentido de "verdade absoluta" (devemos estar sempre prontos a recuar, se uma nova informação "desmentir" a nossa leitura inicial), mas no sentido de "convicção fundamentada".

Tabela 6.2: Elementos para a caracterização de um problema

Categoria	Elementos
Identificação	Designação principal, sinónimos, códigos de classificações e terminologias (por exemplo, ICD-10, SNOMED-CT).
Certeza diagnóstica*	Entrada codificada (confirmado, provável, improvável, excluído) ou em texto livre.
Tipo de problema	Risco, diagnóstico, terapêutica, social, etc.
Localização anatómica	Texto livre ou estruturado.
Comentário	Registo livre.
Categoria de diagnóstico	Diagnóstico principal, diag- nóstico secundário, compli- cação.
Presente à admissão	Verdadeiro/Falso.
Início	Data/Hora de início da mani- festação do problema (esti- mada ou efetiva).
Abertura	Data/Hora da identificação clínica.
Resolução	Data/Hora da resolução (estimada ou efetiva).
Estado	Presente, resolvido ou antecipado.
Atividade	Ativo ou inativo.
Gravidade	Texto codificado (por exemplo, ligeira/moderada/grave ou <i>major/minor</i>) ou não codificado.

COMPONENTES DO RMOP

O RMOP é um método altamente estruturado de registo clínico. Se, no diário clínico, listamos os problemas e, de seguida, fazemos um registo único segundo a lógica Subjetivo/Objetivo/Avaliação/Plano (SOAP) [abordada na Secção "Registo de Evolução (RE)"], não estamos a seguir este método; estamos, sim, a aproveitar duas ferramentas do RMOP para organizar o nosso raciocínio e o nosso registo.

De seguida, discutimos os quatro componentes essenciais do RMOP: i) a base de dados; ii) a LP; iii) os planos de ação (PA) de cada problema; e iv) os registos de evolução (RE).

BASE DE DADOS

Todos os SI têm uma base de dados. No seu sentido mais alargado, a base de dados pode considerar-se o conjunto de todos os dados existentes num SI, independentemente do suporte (papel ou eletrónico) e da fonte.

O primeiro conceito a ter em atenção é o de que a base de dados deve ser um repositório único dos dados do doente no processo clínico. A base de dados não pertence à instituição, ao médico ou a um episódio, mas ao doente. A sua construção deve ser progressiva, à medida que o doente vai sendo conhecido pela instituição. Pequenos pedaços deste puzzle devem ir sendo acrescentados a um registo global, tão coerente quanto possível, cuja estrutura facilite a leitura do quadro. Este conceito obriga a repensar o modelo tradicional, em que a informação está vinculada aos "episódios" (quando deveria estar centrada no doente).

Quadro 6.2: Notas evolutivas/Diários I - exemplo de LP

- #1. Síndrome de Budd-Chiari subaguda
 - #1.1 Dor epigástrica
 - #1.2 Hepatomegalia
 - #1.3 Áreas de necrose (TC/ /citólise)
 - #1.4 Insuficiência hepática #1.4.1 INR prolongado
 - #1.4.1 IINK proiongauc #1.4.2 III:norbilirmibi
 - #1.4.2 Hiperbilirrubinemia direta
 - #1.4.3 Hipoalbuminemia
 - #1.5 HTP
 - #1.5.1 Ascite
 - #1.5.2 Esplenomega-
 - #1.6 Prótese da veia hepática inferior VCI
- #2. Tratamento anticoagulante/ /Grande risco hemorrágico #2.1 Hematúria
- #3. Trombocitopenia
- #4. Febre
- #5. Bacteriúria por *Escherichia* coli
- #6. Síndrome antifosfolipídica
 - #6.1 TVP (abril de 2014; fevereiro de 2015) – inativo

- #6.2 Infertilidade 2009, sem gestações, sem ACO
- #6.3 Anticardiolipina IgG fortemente positivo (fevereiro e março de 2015)
- #6.4 Anti beta-2 glicoproteína IgG fortemente positivo (fevereiro e março de 2015)
- #6.5 LAC fortemente positivo
- #7. ANA +
- #8. Antiperoxidase e antitiroglobulina positivos
- #9. Coombs direta e indireta positivas
- #10. Sensibilidade à luz solar queimadura fácil
- #11. Escurecimento palpebral (fevereiro de 2016)
- #12. Dor articular ocasional, não inflamatória, não sistematizável
- #13. Aftas orais dolorosas, ocasionais, menos de 2 vezes/ /ano
- #14. Obesidade
- #15. Infertilidade conjugal fator masculino
- TC tomografia computorizada; INR *International Normalized Ratio*; HTP hipertensão portal; VCI veia cava inferior; TVP trombose venosa profunda; ACO anticoagulantes orais; IgG imunoglobulina G; LAC anticoagulante lúpico circulante; ANA anticorpos antinucleares.

Quadro 6.3: Notas evolutivas/Diários II – exemplo avaliação geral para ponto da situação

	20.º dia de internamento.			
	16.º dia após colocação de pró-			
#1. Síndrome de Budd-Chiari	tese.			
subaguda	Anticoagulada com insuficiên-			
#1.1 Dor epigástrica	cia hepática e trombocitopenia grave.			
#1.2 Hepatomegalia	grave.			
#1.3 Áreas de necrose (TC/	#1. Síndrome de Budd-Chiari			
/citólise)	subaguda			
#1.4 Insuficiência hepática #1.4.1 INR prolongado	Diagnóstico assente na clínica e			
#1.4.2 Hiperbilirrubi-	angio-TC de 5 de fevereiro.			
nemia direta	Etiologia – SAF ; precipitante –			
#1.4.3 Hipoalbumine-	interrupção da ACO.			
mia	A//			
#1.5 HTP	Etiologia ainda não completa-			
#1.5.1 Ascite	mente estabelecida face à pre- valência dos SMP nestas entida-			
#1.5.2 Esplenomegalia	des.			
#1.6 Prótese da veia hepática inferior – VCI	Insuficiência hepática – evolu-			
#2. Tratamento anticoagulante/	ção lenta, mas favorável.			
/Grande risco hemorrágico	HTP – ainda com BH fortemente			
#2.1 Hematúria	positivo.			
#3. Trombocitopenia	P//			
#4. Febre	Pesquisa de JAK2.			
#5. Bacteriúria por <i>Escherichia</i>	Análises diárias.			
coli	Avaliar BH pelo peso diário.			
	Pesquisar VE ou gastropatia hipertensiva – EDA.			
SAF – síndrome antifosfolipídica; SMI balanço hídrico; VE – varizes esofágica	P – síndrome mieloproliferativa; BH – as; EDA – endoscopia digestiva alta.			

no utilizador (UCD) da interface, na criação de um regulamento institucional da LP e na criação de uma entidade institucional que vigie a regule a sua utilização. Evidentemente, estes passos só serão possíveis se os médicos (primeiro) e as Instituições (depois) adquirirem uma forte cultura de trabalho por problemas e se forem construídos SI capazes de acomodar o RMOP na sua plena expressão.

ASPETOS A TER EM CONTA NO *DESIGN* DE UM SISTEMA INFORMÁTICO AMIGÁVEL PARA RMOP

Manter a LP exige tempo, e os clínicos estão geralmente sobrecarregados com responsabilidades mais imediatas e prementes. Para garantir a atualidade da LP, é necessário incluir esta tarefa nos fluxos de trabalho de cada contexto clínico. A aceitação da LP pelos médicos é essencial e depende da usabilidade da interface desenhada e também da perceção por aqueles do benefício para os doentes – e não só – inerente a esta tarefa.

Seguem-se algumas ideias e contribuições para uma ótima implementação deste tipo de sistema.

ASPETOS RELATIVOS À "USABILIDADE"

Um sistema informático desenhado para acomodar o RMOP deve contemplar, à partida, um conjunto de aspetos que permitam a sua utilização otimizada:

- Limitar o número de cliques;
- Detalhar regras e instruções para procedimentos;
- Treino e educação são importantes o treino em PCE é, muitas vezes, focado apenas no produto, e não na

Responsabiliza médicos e enfermeiros do Serviço Requisitante e do Serviço Executante, todos identificados e com assinatura. A seguir, reproduz-se um exemplo:

Lista de verificação	de p	ré-p	rocedim	ento	inva	sivo		
Serviço Requisitante:								
Intervenção:								
Serviço Executante								
Lateralidade? □ Direita □ Esquerda □ N/A								
Nome do Doente:								
Data de Nascimento:// Processo:								
Médicos Requisitante e Executante:								
	Sen	Serviço Requisitante Serviço Executante				ecutante		
	Sim	Não	N/Aplic	Sim	Não			
1) Requisição do exame bem preenchida								
2) Consentimento informado assinado								
3) Protocolo de preven- ção de alergias insti- tuído								
4) Protocolo de preven- ção de nefropatia de contraste								
5) Suspensão atempa- da de anticoagulan- tes orais (varfarina/ /acenocumarol)								
6) Suspensão de heparina								
7) Suspensão atempada de outros anticoagu- lantes								

REGISTO E RACIOCÍNIO CLÍNICO

Este livro descreve o registo médico orientado por problemas (RMOP) nos seus fundamentos, enriquecidos pela experiência de muitos anos de prática clínica que os autores, como internistas, têm no seu manuseamento. É sua convicção que este método permite abordar de forma holística o doente, sobretudo aquele com múltiplas patologias. O tema assume especial relevância para a acreditação das instituições de saúde, ao permitir assegurar, com fiabilidade, a auditoria sistemática do processo clínico, englobando o raciocínio e a decisão clínica.

São também abordados aspetos relacionados com o papel que algum *software* pode ter para o melhor tratamento dos doentes. Desde que o médico recolha corretamente os dados junto do doente, a aplicação informática consegue articular com a informação clínica uma imensidão de conhecimentos, que ultrapassa a experiência individual do clínico, por maior que esta seja.

Esta é uma obra de fácil consulta, dirigida a todos os médicos que queiram cultivar a visão global do doente, desde a promoção da saúde, a prevenção da doença e a gestão dos problemas clínicos ativos. Esperamos que seja especialmente útil aos Internos de Formação Específica, aos Generalistas Hospitalares e aos médicos de Medicina Geral e Familiar, assim como aos colegas com responsabilidades na formação pré e pós-graduada.

